

## **Seguindo a herança dos meus ancestrais: negras epistemologias e a descolonização do pensamento**

Aline Miranda

### **RESUMO:**

Este texto foi proferido na Conferência de abertura do III Negras Antropologias, realizado nos dias 26 e 27 de novembro de 2019, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Primeiro apresento um breve histórico sobre a formação do Coletivo Zora Hurston, composto por estudantes negras e negros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB, e relembro as edições anteriores do evento. Em seguida, ancorada nos trabalhos de Frantz Fanon, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, discuto os efeitos de suas negras epistemologias na teoria antropológica.

\*\*\*

Antes de começar, eu gostaria de registrar o meu agradecimento aos colegas que encararam junto comigo a missão de construir o Negras Antropologias deste ano, Josinelma Rolande, Marina Fonseca, Ivo Santos, Rosânia do Nascimento, Barbara Marciano e Geovanna Belizze! Estou muito feliz com a realização da 3ª edição do Negras Antropologias. É uma honra fazer a comunicação de abertura do evento e, ao mesmo tempo, é uma grande responsabilidade também. Responsabilidade de falar da história do nosso coletivo e de negras epistemologias, que é o tema fundamental e fundador do nosso evento. Também quero saudar todas as estudantes e os estudantes negros que passaram pelo Departamento de Antropologia da UnB até hoje. Especialmente o Ari (Arivaldo Alves), que é um dos nossos referenciais quando

discutimos toda a história de racismo dentro do departamento e, principalmente a história de luta pelo acesso e permanência de negros e negras na pós-graduação em Antropologia (DAN) aqui na UnB. Eu organizei a minha fala em dois momentos. Primeiro vou falar brevemente da história do nosso coletivo e depois eu vou falar de negras epistemologias e descolonização do pensamento, mas entendendo que essas duas coisas estão totalmente conectadas.

É sempre desafiador narrar uma história da qual não estivemos presentes desde o começo e é desse lugar desafiador e sensível que eu vou falar do surgimento do Coletivo Zora Hurston. Eu aceitei esse desafio porque eu acredito que o presente nos leva inevitavelmente ao passado e que é nossa responsabilidade entendê-lo e disseminá-lo. O Coletivo Zora Hurston, sem dúvidas, foi o espaço onde eu tive o acolhimento mais sensato quando eu ingressei no Mestrado aqui no DAN, no ano passado e, apesar de seu pouco tempo de existência, ele reflete um história de muitas lutas e é um lugar de muitas potencialidades. Na dúvida sobre como contar essa história, eu decidi começar pela citação de um poema do Antônio Bispo dos Santos (2015) que diz o seguinte:

“Fogo!.. Queimaram Palmares,  
Nasceu Canudos.

Fogo!... Queimaram Canudos,  
Nasceu Caldeirões.

Fogo!... Queimaram Caldeirões,  
Nasceu Pau de Colher.

Fogo!... Queimaram Pau de Colher...  
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades que os vão cansar se  
[continuarem queimando

Porque mesmo que queimem a escrita,  
Não queimarão a oralidade.  
Mesmo que queimem os símbolos,

Não queimarão os significados.  
Mesmo queimando o nosso povo,  
Não queimarão a nossa ancestralidade.” (2015:45)

A ideia de começar pela citação dessas palavras é fruto do meu entendimento do Coletivo Zora Hurston como um dessas comunidades de que fala Nego Bispo, ou seja, como uma estratégia de aquilombamento. O Zora surge em 2017, que também foi o ano da primeira edição do Seminário Negras Antropologias, como um esforço de quatro estudantes do Programa àquela altura, a Ana Carolina Costa, o Guilherme Moura, o Lucas Coelho e a Rosana Castro. Dentre as principais insistências desses quatro colegas, é possível falar da reivindicação do nosso lugar como produtores de conhecimento e, com isso, a cobrança da inclusão de autoras e autores negros nas ementas das disciplinas ministradas dentro do Departamento e, com urgência, a demanda pela real implementação da política de ações afirmativas nas seleções de mestrado e doutorado que, apesar de ter entrado em vigor em 2014, ainda era (e continua sendo) uma ferida aberta no Programa de Pós-Graduação.

Sou incapaz de descrever as tensões instauradas naquele ano. Mas antes mesmo de aqui chegar, tive notícias de que até as paredes do Instituto de Ciências Sociais precisaram gritar “DAN Racista” para a Antropologia da casa acordar. Foi nesse contexto de paredes brancas pintadas e gritos negros de urgência que o nosso Coletivo ganhou vida. Com certeza o Zora significa uma coisa diferente para cada um de seus fundadores e para nós, os recém-chegados, que assumimos a missão de continuá-lo. Mas o denominador comum, sem dúvidas, é o Zora como um lugar de acolhimento, compartilhamento de narrativas e afetos, criação e discussão de estratégias

epistemológicas e metodológicas e sobrevivência política.

Somos um coletivo de estudantes negras e negros do PPGAS/UnB que reivindica o ingresso e a permanência de negros no Programa e, acima de tudo, a produção de conhecimento a partir de uma perspectiva negra. Somos muitos e somos plurais. Juntos buscamos reconhecer a multiplicidade e a potencialidade dessa perspectiva negra. Juntos somos reverência à Zora Hurston, mulher negra, antropóloga, etnóloga e romancista que dá nome ao coletivo, a nossa “gênia do sul”.

Juntos somos Negras Antropologias e estamos na terceira edição deste seminário que é pura potência. Em 2017, o evento foi palco de discussão sobre “Experiências em campo”, “Escritas etnográficas” e “Desafios e diálogos teóricos”, temas que nos fazem refletir a respeito de como a escolha por evadir o paradigma eurocêntrico branco na antropologia implica em diferentes desafios relativos ao acesso a tais bibliografias, aos espaços institucionalizados para diálogo e à própria legitimidade do conteúdo produzido, refletir sobre desestabilizar uma suposta neutralidade ou inocuidade da cor ou do pertencimento racial nas interações durante uma pesquisa e levantar questões a respeito de como o corpo negro, em sua complexidade, compõe de diferentes formas os caminhos possíveis e impossíveis de se realizar um trabalho etnográfico em diferentes contextos e, por fim, refletir sobre a pluralidade de perspectivas negras na produção de conhecimento antropológico e adensar reflexões a respeito de como trajetórias negras afirmativas compõem distintos e criativos matizes de produção intelectual.

Em 2018 ocupamos o Instituto de Ciências Sociais, um dia após a vitória de Jair Bolsonaro, quando um grupo fascista, apoiador do candidato, anunciou que faria uma “varredura” dos

estudantes negros, gays indígenas e demais minorias políticas da UnB. O ICS estava vazio, demandamos da Reitoria que fosse feita uma segurança durante o nosso evento. Felizmente nada de ruim aconteceu. Pelo contrário, fizemos daquele dia um suspiro de esperança para o que nos esperaria pela frente. Sob a condução e inspiração da nossa conferencista Janaína Damaceno, que falou sobre a interdisciplinaridade da/na produção antropológica de pesquisadores negros, discutimos estratégias de permanência na academia em um grupo de trabalho, no qual três estudantes fizeram ótimas comunicações a partir de suas pesquisas, uma delas sobre a obra da Zora Hurston, outra sobre uma pesquisa etnográfica junto a advogadas negras e antirracistas e uma última sobre a obra de Bell Hooks.

Este ano, o *Negras Antropologias*, em sua 3ª Edição, está robusto, com dois grupos de trabalho, nos quais poderemos apreciar comunicações que nos remontam à tríade da primeira edição do nosso seminário, “experiências em campo”, “escritas etnográficas” e “desafios e diálogos teóricos”, e que nos provocam a discutir o lugar dos estudantes negros na antropologia no nosso atual contexto político de desmonte do ensino público e de permanente racismo institucional. Teremos também uma mesa-redonda sobre perspectivas profissionais, com a presença de Rita Honotório, Gestora de Políticas Públicas do INCTI, da Mestra em Turismo Rosiene dos Santos, do Quilombo Kalunga e da Nádila Nádila, Advogada e Ativista Socioambiental. Teremos ainda uma roda de conversa com estudantes do PPGAS/UnB sobre o acesso, a permanência e as perspectivas de estudantes negros. Por fim, ao longo desta semana também poderemos prestigiar a exposição fotográfica da nossa colega Josinelma Rolande “Sobre Corpos, sobres costas”, no Ciclo de Ensaio do Laboratório IRIS.

E para dar início aos trabalhos, estamos aqui na conferência de abertura intitulada “Seguindo a herança dos meus ancestrais: negras epistemologias e a descolonização do pensamento”. Este título que escolhi para esta comunicação foi o mesmo título do ensaio teórico que submeti na seleção de doutorado deste ano. Escolhi trazer as reflexões teóricas que fiz nesse ensaio não pelo fato dele ter sido o mais bem avaliado no processo seletivo e sim pela crítica mais ampla que ele me permite fazer e que ficaram nas entrelinhas do meu texto. Escrevi um ensaio utilizando somente autores negros, o que não teria sido possível em nenhum outro momento passado, tendo em vista que esta seleção foi a única na qual foram indicados três autores negros. Para quem não sabe, uma das etapas das seleções de doutorado no Programa consiste na indicação de uma bibliografia, da qual escolhemos pelo menos três autores para escrever um ensaio teórico. Nesse contexto, resolvi fazer um pequeno levantamento das bibliografias indicadas nos editais passados.

Em 2014, quando foi instaurada a política de ações afirmativas no PPGAS/UnB, dos seis autores indicados, nenhum era negro. Em 2015, dos sete autores, apenas um era negro. Em 2016, dos cinco indicados, novamente nenhum era negro. Em 2017, de oito autores indicados, tivemos também só um negro. Em 2018, voltamos ao número zero novamente, de sete autores indicados, nenhum era negro. Neste ano, em 2019, dos doze autores indicados, três eram negros, Frantz Fanon, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez. Reparem que este ano também foi o edital que mais indicou bibliografia como um todo e, inclusive, dois textos de intelectuais indígenas, os quais, assim como os negros, quase nunca figuram o escopo de indicações dos editais. Desse modo, fica a pergunta, até quando teremos que contar com a particularidade de uma banca de seleção para termos a oportunidade de escrever

um texto compatível com a nossa perspectiva negra e que possa dialogar com os intelectuais negros que nos antecederam?

Quando vi a bibliografia, não tive dúvidas de que o único tema possível para mim diante daquela lista era “negras epistemologias”. A minha escolha, entretanto, foi marcada por muitas angústias, desde a primeira letra que escrevi e o momento da submissão do texto, até a estranha sensação quando vi a nota de avaliação do ensaio. Devo confessar que a maior das angústias era ter o trabalho eliminado com a justificativa de que eu havia me identificado no texto, no caso, dizendo que o ensaio era escrito por uma pessoa negra. A questão é que a forma como aquela bibliografia me afetava e o tema que escolhi para relacionar aqueles três autores, me impossibilitava de não me apresentar como uma escritora negra.

Desse modo, comecei o texto sinalizando que eu estava evitando o que Abdias do Nascimento (1978) chamou de “ginástica teórica, imparcial e descomprometida” e que o ensaio era escrito por alguém que negava transcender a si mesmo. Negras epistemologias foi tema, forma e conteúdo do meu texto. Tema que atravessa os trabalhos dos intelectuais Frantz Fanon, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez; forma que não ignora a pertença racial da autoria; e conteúdo que se propõe a repensar toda a teoria social dominada por um colonialismo epistêmico. Conforme já argumentava Frantz Fanon, na década de 1950, a colonização, mais do que impor a subordinação material de um povo, seria responsável também por fornecer o arcabouço epistemológico e ontológico por meio do qual os sujeitos colonizados se entendem e se expressam no mundo (GORDON, 2008, p. 15) e foi sobre essa questão que o meu ensaio procurou se debruçar e aproveitou para trazer à tona no dia de hoje. Portanto, dialogo com a teoria psicanalítica de Frantz Fanon (1952), a sociologia de Abdias

do Nascimento (1978) e a antropologia de Lélia Gonzalez (1983). A partir disso, a proposta é discutir os efeitos do que eu chamei de “negras epistemologias” na teoria antropológica.

O que atravessa os trabalhos dos três teóricos negros é a análise do racismo e do colonialismo enquanto modos de produção do mundo e dos sujeitos que nele vivem. Tal análise faz sentido para o tema do nosso evento não só por discutir o colonialismo e o racismo em si, mas justamente por ela ser resultado do esforço de intelectuais que denunciam os absurdos inerentes a esses dois fenômenos a partir de um *locus* de enunciação que é marcado não somente por suas “localizaç[ões] geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre [seus] corpo[s]” (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 19).

Fanon teoriza com base no contexto da Martinica, enquanto Nascimento e Gonzalez, muito inspirados por ele, falam a partir do Brasil. A diferença geográfica, apesar de relevante, deixa de ser central na medida em que as semelhanças pelo compartilhamento de uma mesma pertença racial e diaspórica ganha protagonismo. Pertença racial e diaspórica que alimenta suas respectivas abordagens teóricas, questiona a ciência produzida nos moldes europeus e reivindica a liberdade plena do povo negro. Liberdade diante do “arsenal de complexos germinados no seio de uma situação colonial” (FANON, 2008, p. 44); de uma democracia racial, “cuja artificiosidade se expõe pra quem quiser ver (NASCIMENTO, 1978, p. 44)); e de uma “domesticação” das marcas da africanidade que forja uma cultura nacional uniforme e miscigenada (NASCIMENTO, 2018, p. 194). Assim, ao longo do meu ensaio e agora na minha comunicação, trago de forma



particular as ideias e argumentos presentes nas obras de cada um dos autores, para assim conseguir estabelecer paralelos entre eles e testar meu argumento de que é possível perceber no legado desses três intelectuais contribuições relevantes para as ciências sociais como um todo e para a teoria antropológica, mais especificamente.

Começemos, portanto, por Frantz Fanon. Em *Pele negra, máscaras brancas* (1952), o intelectual empreende uma análise psicológica do que se convencionou chamar de “problema do negro”. O que ele faz é uma espécie de estudo-clínico do homem negro, buscando entender o seu complexo de inferioridade não só como efeito de aspectos psicológicos, mas como consequência de um duplo processo, “inicialmente econômico, - em seguida pela inferiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade” (FANON, 2008, p. 28). Assim, ele desenvolve uma perspectiva sociogenética, que opõe-se a abordagens anteriores como a filogenética ou a ontogenética freudiana, muito focada na questão individual. A sua teoria, portanto, emerge como uma “explicação psicopatológica e filosófica do existir do negro” (FANON, 2008, p. 30).

Para Frantz Fanon, o homem negro estaria na zona do não-ser, ou seja, a ele seria negado a condição de ser-humano, algo que, ao contrário, seria inerente ao homem branco. Seu ponto de partida é uma discussão sobre a linguagem, que nos provoca a pensar como o negro é produto do colonialismo. Na medida em que falar é existir para o outro, o homem negro, em um contexto colonial, obrigado a falar a língua do branco, é alienado de si e de sua cultura. Afinal, como defende Fanon, mais do que empregar certa sintaxe, falar é “assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (FANON, 2008, p. 33). Com base em inúmeros exemplos da situação nas Antilhas, Fanon nos mostra que, ao

adotar a língua francesa, o negro passa a vivenciar um processo de branqueamento, que embora provoque alterações de personalidade, jamais o coloca em pé de igualdade ontológica com o branco. O negro antilhano, ainda que dominasse a língua francesa, seria no máximo “quase-branco”, “como branco”, sem nunca compartilhar a mesma condição de humanidade. Com base nisso, o autor afirma:

começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo branco (...) Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer a minha humanidade (FANON, 2008, p. 94).

Fanon vai ainda mais longe, afirmando que nem mesmo a ontologia, ou seja, o estudo das propriedades do ser, seria capaz de compreender a existência do negro, tendo em vista que “o negro não tem mais do ser negro, mas sê-lo diante do branco” (FANON, 2008, p. 104). Sem possibilidade de escolha, diante do colonialismo, os negros passaram a se situar diante de dois sistemas de referência, sendo um deles, o do branco, o dominante, o único legítimo. Desse modo, a experiência vivida do negro é descrita por Fanon como um “embranquecimento alucinatório”, diagnóstico que exige, segundo o psicanalista, uma tomada de consciência, seguida por uma mudança nas estruturas sociais. Nas palavras do autor: “o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve tomar consciência de uma nova possibilidade de existir”. (FANON, 2008, p. 95).

Quando Fanon chama atenção para a necessidade de mudança nas estruturas sociais, fica evidente que estamos diante de uma “estrutura racista”, que em contextos coloniais só poderia ser consequência da civilização europeia e de seus representantes

e não fruto de subalternos e pequenos comerciantes e colonos, como defendia o psicanalista francês Octave Mannoni (FANON, 2008, p. 88). Fanon, portanto, afirma em tom de denúncia que a Europa tem uma estrutura racista, que cria o negro inferiorizado. É essa mesma estrutura racista de que também vai falar Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, ao discutir o que se passa no Brasil.

Em *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (1978), Abdias do Nascimento utiliza o conceito de genocídio para falar da realidade do povo negro. Realidade que, segundo o autor, estava sendo negligenciada pelas ciências sociais no Brasil. Logo no começo do livro, o autor lança mão de duas definições da palavra genocídio, que exemplificam bem esse fenômeno caracterizado pela “recusa do direito de existência de grupos humanos”, por meio de “medidas deliberadas e sistemáticas, calculadas para o extermínio de um grupo” (NASCIMENTO, 1978). Sua obra, portanto, busca analisar como isso se deu no contexto brasileiro em relação ao povo negro.

A tese de Nascimento é construída como um questionamento ao mito da democracia racial, reflexo de uma produção intelectual branca e eurocêntrica. O sociólogo Gilberto Freyre é um de seus principais alvos de crítica, justamente por ele ter sido o responsável por dar corpo à tese da democracia racial no Brasil, ainda nos anos 1930, com o desenvolvimento da teoria do luso-tropicalismo. Freyre defendia em seus escritos que raça não era um aspecto fundamental para pensar a formação nacional brasileira, criando assim uma espécie de neutralidade racial, que acabou por se tornar a leitura hegemônica sobre a formação do Brasil, com efeitos no imaginário nacional que reverberam até os dias atuais. Ainda que Freyre defendesse a ideia de que a raça havia definido o sistema

escravista no país, sua tese era de que isso não teria abalado o estado de harmonia das relações sociais no contexto de formação nacional. Seu argumento era que com o fim da escravidão e o começo da nação não se tinha mais lugar para as relações desiguais do tipo senhor-escravo. Nas palavras dele, em Casa Grande e Senzala (1931), “o Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça” (FREYRE, 1992, p. 91).

*Genocídio do negro brasileiro* (1978), porém, mostra justamente o contrário. Abdias do Nascimento enumera os diferentes mitos inventados pelos colonizadores portugueses com objetivo de reduzir a sua consciência de culpa enquanto opressor, a exemplo da clássica teoria do abrandamento da colonização portuguesa em comparação com as colonizações inglesa e espanhola. Isso é facilmente desmontado por Nascimento, que apresenta os altos índices de mortalidade infantil entre a população escravizada. A teoria de docilidade do regime escravista também é questionada pelos exemplos de protestos e recusa à condição de escravização, como a Conjuntura dos Alfaiates, na Bahia, em 1798 e diversas insurreições negras, depois da independência em 1822. Sem falar ainda, no grande símbolo de luta pela liberdade negra, o quilombo dos Palmares, no século XVII.

Todos esses mitos criados pelo colonizador português, segundo Nascimento, eram fundamentados na ideia de “inferioridade africana” e, por consequência, na “superioridade europeia”. Isso se conecta com a discussão feita por Fanon a respeito da inferiorização do negro como reflexo de um processo que nega sua humanidade. Essa negação do estatuto de humanidade é a mesma que orientou toda a estrutura de exploração do povo negro- africano, durante o regime escravocrata e que, mais tarde,

traduziu-se em teorias científicas que “forneceram um suporte vital ao racismo arianista que se propunha erradicar o negro” (NASCIMENTO, 1978, p. 71). Desse modo, o objetivo de eliminar a raça negra configura-se simultaneamente como uma teoria abstrata, pautada na necessidade de embranquecer o povo brasileiro e como uma estratégia calculada de destruição. Nas palavras do sociólogo,

“a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada, democracia racial “que só concede aos negros um único privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora”. A palavra- senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação, mas sabemos, que embaixo da superfície teórica permanece intacta a crença na inferioridade do africano e seus descendentes.” (NASCIMENTO, 1978, p. 93).

Com isso, ao longo de todo o livro, Nascimento vai mostrando as diferentes estratégias de genocídio, todas elas sustentadas pela aposta no embranquecimento do negro brasileiro. Embranquecimento racial, cultural e religioso, que fizeram do Brasil um país onde o racismo não fosse “tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado igual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo, assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico político e cultural da sociedade” (NASCIMENTO, 1978, p. 93). Além da difusão do racismo em todos esses tecidos mencionado pelo autor, é necessário falar ainda de sua capilarização na produção científica do país e, com isso, apontar como outra estratégia de genocídio do negro brasileiro o embranquecimento epistemológico. Afinal, o que se configura como o mito da democracia racial, nada mais é do que reflexo das ciências históricas no Brasil, como bem aponta

Nascimento na introdução de seu livro e Lélia Gonzalez em seu trabalho “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”(1983).

A intelectual, assim como Abdias do Nascimento, não mede esforços para denunciar o mito da democracia racial. Nesse trabalho, em particular, a antropóloga discute o porquê desse mito ter tido tanta aceitação e divulgação no Brasil, questiona-se sobre quais foram os processos que teriam determinado a sua construção e como a mulher negra estaria situada no seu discurso. A partir de seu argumento, podemos entender que a mulher negra é duplamente alienada do estatuto de humanidade, por ser negra e por ser mulher. Assim, ao longo do texto, Gonzalez procura entender a mulher negra a partir do duplo fenômeno do racismo e do sexismo para, em seguida, tentar compreender a sintomática do que ela vai chamar de “neurose cultural brasileira”. Lélia Gonzalez fala sobre como o papel da mulher negra na sociedade brasileira é marcado por uma rejeição e, ao mesmo tempo, por uma integração, que se dá a partir de sua objetificação e sexualização. Segundo a intelectual, seria justamente por isso que o carnaval se constituiria como o *locus* no qual o mito da democracia racial seria constantemente atualizado.

“Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito” (GONZALEZ, 2018, p. 224)

A partir disso, o objetivo de Gonzalez é questionar o mito da democracia racial, não só enquanto a base das relações

raciais no Brasil, mas como também a base epistemológica das ciências sociais até aquele momento no país. A intelectual chama atenção, antes de tudo, para o fato da mulher negra sempre ter sido descrita por meio de uma perspectiva sócio-econômica. Sua proposta de articular racismo e sexismo, portanto, coloca em xeque a abordagem clássica dos estudos das relações raciais no Brasil e discute o lugar da mulher negra no processo de formação cultural do país, além dos diferentes modos de rejeição/integração de seu papel (GONZALEZ, 2018, p. 94).

“Mulata”, “doméstica” e “mãe preta” são as principais figuras utilizadas por Gonzalez para estudar a questão da mulher negra no Brasil, figuras que materializam simultaneamente a sua objetificação e sexualização. A mulata, inclusive, é tida como “produto de exportação”, com alcance de reconhecimento internacional. Nas palavras da intelectual, “quando se diz que o português inventou a mulata, isso nos remete exatamente ao fato de ele ter instituído a raça negra como objeto” (GONZALEZ, 2018, p. 210). Tal leitura sobre a mulher negra também é parte do argumento de Abdias do Nascimento. Segundo o sociólogo, a interação sexual entre o homem branco e a mulher negra teria sido utilizada como mais um dos suportes teóricos inventados para provar a harmonia das relações raciais no país. No entanto, ele afirma que, durante a escravidão, muitos portugueses mantinham prostitutas negras africanas como meio de renda, aspecto que nos permite compreender a “mulata brasileira”, na verdade, não como símbolo de uma interação saudável, mas como um “produto” do prévio estupro da mulher africana (Nascimento, 1978, p. 62). Desse modo, tal leitura sobre a mulher negra como objeto de exploração nos leva, mais uma vez, à questão sobre como o colonialismo alienou os negros do estatuto de

humanidade. A forma como esse sistema descreveu os negros, ou seja, como um ser inferior ao branco, não somente serviu como justificativa para a sua exploração, como também resultou na criação de uma alteridade, tema caro aos estudos antropológicos.

Desde o início, a compreensão do “outro” constituiu-se como objeto privilegiado da antropologia. A começar pela produção evolucionista, interessada em entender a origem das “raças humanas” e das diferenças entre as sociedades, o estudo sobre o “outro” orientou esforços de muitas abordagens teóricas da disciplina e, até hoje, elucida questões importantes sobre o modo como o fazer antropológico foi e é desenvolvido. A descrição dos “outros” não ocidentais, entretanto, sempre se deu com base nas próprias categorias das sociedades ocidentais, eleitas como superiores e autênticas, o berço legítimo da civilização. “Selvagens” e “primitivos”, então, eram as categorias restantes para descrever o “outro”. Mesmo nas abordagens não evolucionistas, o trato do “outro” como primitivo perdurou durante muito tempo na disciplina. E, não por acaso, no contexto colonial é justamente a expertise antropológica que é acionada para a produção do conhecimento sobre o “outro” negro- africano. Tanto que estudos considerados até hoje como clássicos da disciplina foram resultado de pesquisas financiadas pela empreitada colonial.

Desse modo, podemos dizer que o complexo de inferioridade do negro, estudado por Fanon (1952), nada mais é do que resultado da alteridade radical produzida no encontro colonial. Por isso é que o intelectual criticou a perspectiva analítica de Mannoni, que defendia que esse complexo poderia ser algo pré-existente à colonização. Segundo Fanon, apesar da honestidade do pensamento de Mannoni, seu estudo não estabeleceu as questões



centrais sobre a situação colonial, afinal, “uma sociedade é racista ou não o é. Enquanto não compreendermos essa evidência, deixaremos de lado muitos dos problemas” (FANON, 2008, p. 85). Portanto, não podemos nos deixar esquecer que essa situação colonial não seria fruto exclusivo de processos econômicos, e sim resultado de uma estrutura racista, que sustentou longos e violentos processos civilizadores. Processos de longa duração tanto quando olhamos para o passado, quanto quando olhamos para o futuro. Afinal, a situação colonial não se encerra com o fim do colonialismo. E aqui chamo atenção para o contexto histórico no qual Frantz Fanon estava escrevendo, período dos processos de independência dos países africanos, quando as jovens nações se depararam com o fim do colonialismo e, ao mesmo tempo, com a manutenção de seu status de colônia na sociedade global, mostrando desde então como seria difícil superar o passado colonial.

A superação do colonialismo proposta pelos intelectuais Frantz Fanon, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez depende, antes de qualquer coisa, de uma verdadeira libertação do povo negro e da restituição de sua humanidade, a começar pela descolonização do pensamento e pela mudança no modo como nós negros nos entendemos e nos expressamos no mundo. Nesse contexto, o Teatro Experimental do Negro, criado por Abdias do Nascimento como uma reação contra o embranquecimento, é um ótimo exemplo das sugestões práticas elaboradas pelo intelectual para a construção de um novo futuro no presente, demarcando “ a diferença essencial que existe entre uma psdeudocracia racial e o que deveria ser uma sociedade plurirracial democrática (FERNANDES, 1978, p. 21). Ou, nas palavras de Guerreiro Ramos, “O Teatro Experimental do Negro foi, no Brasil, o primeiro a denunciar a alienação da antropologia e da sociologia nacional, focalizando os povos de cor

à luz do pitoresco, ou da história puramente, como se tratasse de elemento estático ou mumificado” (NASCIMENTO, 1978, p. 130).

A negra epistemologia de Abdias do Nascimento, assim como a de Lélia Gonzalez e Frantz Fanon, portanto, tem efeitos profundos na forma como a antropologia foi e é constituída, na medida em que eles não se permitem mais serem descritos como o “outro”. Ao invés de configurar-se como objeto de descrição de uma ciência que carregou por muito anos ranços coloniais e racistas, esses intelectuais constroem uma nova forma de se entenderem e de explicar o mundo. Escrever a partir de um corpo negro, nesse caso, é existir, é lutar deliberadamente pela restituição da humanidade. Por isso é que ter demarcado no começo do meu ensaio que ele seria escrito por alguém que se negava a transcender a si mesmo diz respeito a colocar-me como parte da matéria investigada, como fizeram os meus ancestrais intelectuais. Além disso, é também uma forma de me fazer existir e seguir a herança deixada por eles, continuando assim a missão incessante de descolonizar o pensamento.

Portanto, negras epistemologias como as discutidas nesta fala nos ensinam como a sociedade contemporânea não pode ser entendida sem a compreensão do racismo. Racismo que, inclusive, resultou na desconsideração, quando não da rejeição total das teorias produzidas por esses autores. A tese psicanalítica de Fanon foi reprovada e seu pensamento só ganhou reconhecimento nos anos 1990, quando houve uma ascensão da filosofia da diáspora africana (GORDON, 2008, p. 12). Abdias do Nascimento, por outro lado, teve seu trabalho rejeitado no FESTAC’77, ocorrido na Nigéria. Lélia Gonzalez, apesar de uma produção imensa e participação ativa nos principais eventos de

ciências sociais brasileiros, está fora das ementas dos diversos cursos de antropologia espalhados por aí. Seus escritos, somente em 2018, ganham forma de livro, quarenta anos após o surgimento do Movimento Negro Unificado, criado por ela. E Zora Hurston, antropóloga que dá nome ao nosso coletivo, foi negligenciada em vida, enterrada como indigente e somente teve a sua história e escritos resgatados anos mais tarde a partir das ações de mulheres negras acadêmicas comprometidas com a visibilidade das produções intelectuais do grupo, dentre as quais, destacamos a Alice Walker.

Desse modo, entender Frantz Fanon, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Zora Hurston e tantos outros pesquisadores negros como meus ancestrais intelectuais e dialogar com suas negras epistemologias, a fim de elucidar contribuições caras à teoria antropológica, é uma forma de reverenciá-los e também um esforço de libertá-los do esquecimento. Ainda que a era do humanismo talvez esteja terminando, como afirma o intelectual camaronês Achille Mbembe (2016), as teorias desses intelectuais e suas lutas pela restituição da humanidade do povo negro ainda permanecem como um grito necessário na atualidade. É com base nesse grito que devemos continuar reivindicando o nosso lugar como produtores de conhecimento, tendo sempre em mente que não ingressamos na universidade e na pós-graduação para fazer uma “ginástica teórica, imparcial e descomprometida” e que devemos negar transcender a nós mesmo nos nossos trabalhos.

### **Referência Bibliográfica:**

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e Perspectiva Negra. **Sociedade e Estado**, v.31, n.1, pp;15-24, 2016

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. 1978. Prefácio. In: NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para rodas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Editora Filhos da África, 2018.

GORDON, Lewis. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

MBEMBE, Achille. The age of humanism is ending. **Mail & Guardian**. South Africa, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos – modos e significações**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI: Brasília, 2015.

**Nota:**

Possui graduação em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2017). Atualmente é Antropóloga do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, onde atua no Departamento de Patrimônio Imaterial. É também mestranda no

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Brasília (UnB), onde integra o Coletivo Zora Hurston. Endereço eletrônico: [mirandabms@gmail.com](mailto:mirandabms@gmail.com).